



**CADERNOS DE  
ESTUDOS  
SOCIAIS**  
v.36, n.1, 2021  
e-ISSN: 2595-4091

Autor 1: **Giuliano Derrosso**  
ORCID: 0000- 0002-2360-411X  
Filiação: Centro Universitário Dinâmica  
das Cataratas (UDC)

**Trabalho submetido em  
19/05/2020 e aprovado em  
13/07/2020.**  
DOI: 10.33148/CES25954091  
V36n1(2021)1919

## **A FRONTEIRA COMO ELEMENTO IDENTITÁRIO: O CASO DAS TERRITORIALIDADES TRANSFRONTEIRIÇAS DO IGUASSU (TTI) E UMA POSSÍVEL IDENTIDADE TRANSFRONTEIRIÇA**

### **RESUMO**

A partir de entrevistas realizadas com pessoas que nasceram e moram na Territorialidade Transfronteiriça do Iguassu (TTI), este artigo procura desvelar elementos de uma identidade transfronteiriça, forjada a partir das vivências desses indivíduos nessa transfronteira. Com a utilização de entrevistas estruturadas e com o auxílio do *software* Iramuteq para definição das categorias de análise, procuramos estabelecer elementos em comum nos discursos dos indivíduos que vivem na fronteira e encontram nesse elemento territorial matéria-prima para apropriações identitárias. Entre as características percebidas dessa possível identidade transfronteiriça, apresentamos os conceitos de: multipertencimento, o binômio liberdade-mobilidade, a adaptabilidade e flexibilidade, o estar-entre e o senso de universalismo. Todas essas características fazem parte da realidade desses indivíduos que tem que lidar diariamente com os desafios da fronteira e com os seus contornamentos.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Transfronteiriço. Fronteira. Territorialidade  
Transfronteiriça do Iguassu (TTI)

# **THE BORDER AS AN IDENTITY ELEMENT: THE CASE OF IGUASSU'S CROSS-BORDER TERRITORIALITIES AND A POSSIBLE CROSS-BORDER IDENTITY**

## **ABSTRACT**

Based on interviews with people who were born and live in the Transboundary Territoriality of Iguassu (TTI), this article seeks to uncover elements of a cross - border identity, based on the experiences of these individuals in this cross - border. With the use of structured interviews and with the help of the Iramuteq software to define the categories of analysis, we try to establish elements in common in the discourses of the individuals that live the border and find in this territorial element raw material for identity appropriations. Among the perceived characteristics of this possible cross-border identity we present the concepts of: multiperience, the binomial freedom-mobility, adaptability and flexibility and the sense of universalism. All these characteristics are part of the reality of these individuals who have to deal daily with the challenges of the border and with their circumvention.

**KEYWORDS:** Transboundary. Border. Transboundary Territoriality of Iguassu (TTI)

## **LA FRONTERA COMO ELEMENTO DE IDENTIDAD: EL CASO DE LAS TERRITORIALIDADES TRANSFRONTERIZAS DE IGUASSU (TTI) Y UNA POSIBLE IDENTIDAD TRANSFRONTERIZA**

## **RESUMEN**

Basado en entrevistas con personas que nacieron y viven en el Territorio Transfronterizo de Iguassu (TTI), este artículo busca revelar elementos de una identidad transfronteriza, forjada a partir de las experiencias de estos individuos en esta frontera. Con el uso de entrevistas estructuradas y con la ayuda del software Iramuteq para definir las categorías de análisis, buscamos establecer elementos comunes en los discursos de las personas que viven en la frontera y encontrar en este elemento territorial materia prima para apropiaciones de identidad. Entre las características percibidas de esta posible identidad transfronteriza, presentamos los conceptos de: pertenencia múltiple, libertad-movilidad binomial, adaptabilidad y flexibilidad, estar entre y el sentido del universalismo. Todas estas características son parte de la realidad de estas personas que tienen que lidiar diariamente con los desafíos de la frontera y sus contornos.

**PALABRAS CLAVES:** Transfronteirizo. Frontera. Territorialidad Transfronteiriza do Iguassu (TTI)

**Para citar este artigo:** DERROSSO, G. A fronteira como elemento identitário: o caso das territorialidades transfronteiriças do Iguçu (TTI) e uma possível identidade transfronteiriça. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 36, n. 1, [in press], Jan./Jul., 2021.

DOI:10.33148/CES25954091v36n1(2021)1919

Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>.

Acesso em: dia mês, ano. [v. em edição].



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), sendo permitido que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho, desde que seja dado ao autor o devido crédito pela criação original e reconhecida a publicação nesta revista.

## 1 INTRODUÇÃO

A discussão das identidades pessoais já é conhecida, principalmente nas áreas da Sociologia, Psicologia Filosofia e Antropologia. Entretanto, uma compreensão da temática da identidade passa-se por estabelecer relações entre as noções de território e identidade. Este artigo tem por objetivo propor características de uma identidade transfronteiriça, a partir da vivência dos indivíduos em uma territorialidade transfronteiriça. Para tanto, irá se adotar como *lócus* da pesquisa as TTI, trazida por Cury (2010), pela qual o autor demonstra a existência das Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI), que está centralizada pelos municípios de Foz do Iguazu, no Brasil, Puerto Iguazú, na Argentina e Ciudad del Este, no Paraguai. Adota-se, nesse sentido, o termo tríplice fronteira para designar a territorialidade que é o encontro das fronteiras entre os três países (Brasil, Paraguai e Argentina). Quando se fala em TTI, estamos englobando uma área de abrangência maior que inclui as cidades conturbadas, no Brasil, a cidade de Foz do Iguazu e Santa Teresinha de Itaipú, no Paraguai, a cidade de Ciudad del Est, Hernandarias, Presidente Franco e Minga Guazú e, na Argentina, a cidade de Puerto Iguazú.

Através de entrevistas semiestruturada com indivíduos que nasceram e moram nesta territorialidade, busca-se uma aproximação de elementos das identidades pessoais, forjados na vivência de uma territorialidade transfronteiriça. Além de estabelecer os elementos de uma identidade territorial, é possível verificar características próprias de uma realidade de fronteira, vivenciadas por estes indivíduos entrevistados.

**Figura 1 – Marco das Três Fronteiras**



Fonte: Orientemidia.org (2016)

A presente pesquisa é considerada qualitativa, a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturada. Para a análise dos dados, foi utilizada a Epistemologia Qualitativa de Gonzáles Rey, e, para a formação das categorias de análise, foi utilizado o *software* qualitativo Iramuteq.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

Para uma melhor compreensão dos resultados desta pesquisa, iremos trabalhar com os conceitos de identidade territorial, fronteira e transfronteiriça que serão apresentados na sequência.

### **2.1 Identidades Territoriais**

Um ponto importante na definição das identidades está na questão territorial. Pode-se compreender a identidade territorial como a compreensão de que características específicas de nações, estados, cidades e regiões servem de matéria-prima e elementos constitutivos das identidades. O que ocorre é que esses elementos são mutáveis e cada indivíduo percebe de uma determinada maneira tais características, ou seja, as apropriações de elementos territoriais ocorrem de maneira a conferir uma singularidade.

A questão territorial pode ser compreendida por uma dupla definição, a primeira, material, e a segunda, simbólica. A material diz respeito aos aspectos jurídico-políticos, a delimitação e demarcação, as políticas econômicas e taxativas. Já a dimensão simbólica está relacionada aos aspectos culturais, sócio-históricos que criam identificações com os sujeitos com elementos territoriais. Haesbaert (2004), aponta nessa direção:

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista).

Procura-se compreender a definição simbólica do território, que fornece matéria-prima para a construção das identidades. Ao se apropriar de elementos presentes nos territórios em que habita, de maneira consciente ou inconsciente, o sujeito vai construindo e reconstruindo suas identificações.

Sob esse aspecto, Reis e Torouco (2011) apontam que em uma sociedade dinâmica, como a atual, a tarefa da busca da identidade se torna um desafio, pois se busca referências de aspectos simbólicos relacionados com sua história e território e essas referências estão dispersas em função dos movimentos de (re)territorialização. Para esse desígnio, é necessário um exame dos elementos econômicos, sociais, culturais, dos moradores, sendo possível analisar suas forças e fraquezas, oportunidades e ameaças verificadas como o indivíduo se identifica nos elementos representativos desses territórios.

Portanto, é preciso compreender que a construção de uma identidade territorial é algo que envolve diferentes elementos e a cada mudança dessa realidade territorial as identidades podem ser alteradas. Por outro lado, vê-se os territórios criativos de certas imagens para possibilitar identificações dos seus indivíduos. Por exemplo, quando um país investe na criação de imagens culturais (monumentos, comida, música, etc), ele está criando novas formas de identificação e criação de uma identidade territorial (REIS; TOROUCO, 2011).

Roca e Mourão (2005) abordam o contexto da globalização econômica e sua relação com a identidade territorial dessa maneira:

É, portanto, evidente que a globalização não representa o fim das distinções e singularidades territoriais, mas sim um conjunto adicional de influências nas identidades econômicas locais e capacidades de desenvolvimento. Ou seja, ao invés de se considerar a padronização dos elementos da identidade territorial partindo da globalização, pode-se analisar a agregação de elementos que passam a ser evidenciadas na territorialidade regional (ROCA; MOURÃO, 2005, p7).

Para compreender de que forma a territorialidade determina as identidades, têm-se que considerar a natureza multidimensional do território. Trata-se de uma concepção considerada renovada, histórica e crítica, inspirando compreensões que podem orientar o redimensionamento de relações de poder e a elaboração de projetos de desenvolvimento que valorizem as identidades simbólico-culturais dos territórios ou regiões, seguindo autores contemporâneos (RAFFESTIN, 1994; HAESBAERT, 1997; SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009).

Para Saquet (2003), a territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com seu entorno. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana. Assim sendo, a identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que se estabelecem todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais produzidas, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas, além de outros aspectos.

Ao falar de identidade territorial, tem-se de entender o território em uma visão integrada. Segundo Haesbaert (2004), há uma conjugação, nessa concepção, entre os processos políticos e culturais como principais definidores de cada território.

Assim, a construção da identidade se dá pelas múltiplas relações territoriais que são reconhecidas pelo indivíduo, envolvendo as obras materiais (monumento, organização urbanística, templos, casas, ruas) e elementos imateriais (canções, crenças, valores). Importante relacionar que cada um desses elementos materiais e imateriais são construídos e trazem reflexões do desenvolvimento sócio-histórico de cada territorialidade. Ao mesmo tempo que os indivíduos alteram historicamente as características regionais, essas características influenciam a (re)definição das identidades desses sujeitos, e que atuam numa dupla direção de significação e relação da objetividade-subjetividade. Haesbaert (2004) aponta que, a partir dessa concepção, está se compreendendo a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. É o resultado do processo de produção de cada território, daí resulta como fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana.

A construção da identidade territorial é definida por identidades sociais presentes no território mediante apropriações que os sujeitos fazem por meio de ideias, do espaço e da cultura. Cruz (2007) propõe que a definição de uma identidade territorial passa por dois elementos: os espaços de referência identitária e de consciência socioespacial de pertencimento. Com relação aos espaços de referência, tem-se o recorte do espaço e das temporalidades em que se dão as experiências sociais e culturais (símbolos, organização do espaço, consumo, formas de significação). O autor destaca que os espaços de referências vão desenvolver os sentimentos e darão o significado do pertencimento dos indivíduos quando se relacionam aos territórios. Já a consciência socioespacial faz relação com a ideia de pertencimento, do indivíduo se reconhecer enquanto sujeito em relação ao seu território ou à

comunidade. Isso se dará por meio de uma construção sócio-histórica e da interação que esse indivíduo faz com a consciência da sua espacialidade.

Percebe-se, assim, que a identidade territorial participa da construção da identidade pessoal pelas apropriações simbólicas do território e pela vivência dos aspectos econômicos, políticos e sociais. Cruz (2007) sinaliza que o território é um “*continuum* funcional simbólico”. Com essa compreensão, a identidade irá se estabelecer em uma profunda relação com os elementos territoriais, ao longo da vida do indivíduo.

No momento em que um território define limites, ele está contribuindo para uma definição da identidade pessoal, vê-se isso na caracterização dos estados-nações e dos componentes que o formalizam. Ao definir a linguagem, os hábitos nacionais, a bandeira, o hino, os valores nacionais, um território passam a fornecer aos indivíduos um conjunto de peças que vão constituir a sua identidade. Entretanto, essas relações são dotadas de um dinamismo social e podem, por muitas vezes, superar os limites territoriais, com a apropriação de novos territórios ou mesmo da reconstrução das identidades territoriais em novos espaços (ALBAGALI, 2004).

Entende-se, assim, o território enquanto produtor e expressão de identidades individuais, a partir das práticas e do cotidiano desses indivíduos no espaço e suas identificações em curso. Percebe-se, hoje, o pensamento em transição, pois conforme aponta Haesbaert vive-se em uma era de territorializações, reterritorializações e multiterritorializações, ou seja, há um dinamismo evidente nas interações indivíduos-territórios, muito em função das facilidades no trânsito entre territórios, movidos por interesses particulares. O caso das migrações que se percebe no Brasil é um exemplo dessa dinâmica territorial e suas consequências evidentes nas identidades.

Outro exemplo nessa direção é a defesa das fronteiras, enquanto elementos de definição de uma identidade nacional, na lógica do estado-nação. Os indivíduos buscam preservar uma fronteira cultural e social que acompanhe a fronteira física, com o objetivo de fortalecer e manter uma identidade territorial livre de “influências” externas, mesmo em um contexto de globalização ou redes, como se vive na atualidade.

Entretanto, conforme apresenta Furtado (2010, p.264), com o aparecimento dos territórios em rede, as multiterritorialidades e as transterritorialidades, a questão da identidade muda sua perspectiva:

Ocorre que, com o advento deste mundo na forma de rede, como menciona Milton Santos, o local e o universal estão em xeque. Não é possível a construção de conhecimentos locais legítimos, não há possibilidade de isolamento no mundo de hoje. Ao mesmo tempo, também porque o território é real e ele próprio a condição real de vida das pessoas “lá”, no território ocorre uma determinada relação que é universal e particular. Única e genérica, como único e genérico é o próprio ser humano. Nossas teorias devem responder exatamente a essa condição: a condição do ser humano genérico, como está apontada na ontologia de Lukács (1981), e à condição concreta e particular de seu desenvolvimento em seu território (FURTADO, 2010, p. 264).

Um dos elementos de uma identidade territorial está no que os autores chamam de “lugares de memória”, ou o local em que se registram as memórias, recordações como forma de preservar um passado cultural de um determinado território. Assim, a identidade reside na capacidade de recordar esses elementos que estão presentes no território e que representam o caráter simbólico na construção das identidades.

Percebe-se, portanto, que os territórios são espaços de apropriações controladas pelos indivíduos ou instituições nas quais ocorrem práticas simbólicas que criam uma dimensão afetiva espacial. Isso demonstra a dominação dos indivíduos sobre os lugares. Conhecer seu território é, na realidade, conhecer-se a si mesmo e aos outros através da vivência do cotidiano e das formas como se materializam.

Na visão de Staub e Bulgacov (2000), um espaço não apenas se transforma em vários lugares apenas por conta de aspectos simbólicos. Para além disso, os próprios lugares se metamorfoseiam em territórios à medida que são eivados por interesses políticos, por posições e disputas tanto pelo uso quanto, principalmente, pela luta pela legitimação do uso desse território.

Não se pode desconsiderar na avaliação de uma identidade territorial a dimensão e os embates da política que estão presentes nas territorialidades. Em outras palavras, as constituições das identidades passam por componentes políticos e de poder que criam sentidos e significados. O *status* e algumas características políticas de um território se traduzem em símbolos e representações identitários que conectam o indivíduo ao seu território. É possível verificar, nesse sentido, a luta e as disputas por identidades, pela necessidade de pertencimento dos indivíduos em determinados territórios e a criação do sentimento de comunidade.

## 2.2 O Conceito de Fronteira e Transfronteiriço

Passaremos, nesta seção, a discutir os conceitos de fronteiras, sendo possível encontrar uma diversidade de autores que procuram estudar e definir o que é a fronteira. Newman e Anssi Passi (1998) abordam que a linguagem com que se está discutindo fronteiras, vem mudando ao longo do tempo. Quando falamos em fronteirização, a fronteira pode ser vista como dispositivo de regulação dos processos de inclusão-exclusão, basicamente se referindo à fronteira estatal. Hoje, entretanto, discute-se fronteira do ponto de vista multidimensional, compreendendo as relações de poder e manifestação territorial que estão dispostas.

Costa (2008), ao refletir sobre questões de fronteira, afirma que elas devem ser vistas mais como zonas do que como linhas. Ao olharmos a fronteira enquanto zona, além das questões inerentes ao Estado, as questões econômicas de circulação de mercadorias e políticas devem ser consideradas. Para Costa (2008), as fronteiras constituem zonas vivas ou naturais, identificadas por elementos físicos, ou artificiais, apresentadas pela visão geopolítica do estado.

Cury (2010, p.61) aponta que toda fronteira é uma demarcação política representativa da dominação do Estado, mesmo como um traço físico de territórios. É um campo de forças, de disputa, seu estabelecimento sempre envolverá negociações ou conflitos entre os Estados envolvidos.

Afirma Bourdieu (1996, p. 114):

*A regio e as fronteiras (fines) não passam do vestígio apagado do ato de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território, em impor definição (outro sentido de fines), legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de divisão legítima do mundo social.*

Segundo Arraiga-Rodrigues (2012), analisando o autor Gottman, afirma que o limite territorial é juridicamente uma linha-limite e a fronteira é uma zona de interação humana. Entretanto, ambos são espaços geográficos periféricos, cuja origem é resultado da partição da geografia do planeta e a sua primeira função é diferenciar os compartimentos que tenham sido divididos no mundo, no caso os territórios.

A literatura brasileira sobre fronteiras, conforme aborda Dorfman (2015), relaciona basicamente três elementos: o primeiro um caráter didático-descritivo, que busca teorizar sobre os traçados, os litígios e a consolidação territorial pela qual passam a fixação das

fronteiras no país. Em segundo lugar, o caráter teórico, ~~que buscam~~ apresentar exercícios de classificação, diferenciando fronteiras de limites, fronteiras esboçadas, vivas ou mortas e de acumulação. O terceiro tipo de textos sobre fronteiras está relacionado ao caráter estatutário, ou seja, busca-se estudar os acordos, regulamentos, regimentos ao processo de territorialização e ocupação das fronteiras no Brasil.

### **3 CAMINHO METODOLÓGICO**

A pesquisa é qualitativa, pois pretende entender fenômenos de ordem subjetiva, na busca de sua compreensão. A ênfase desse tipo de pesquisa está no entendimento dos fenômenos nos meios sociais. González Rey (2005) afirma que a pesquisa qualitativa envolve a imersão do pesquisador no campo de pesquisa, considera esse como o cenário social em que tem o lugar o fenômeno estudado em todo o conjunto de elementos que o constitui, e que, por sua vez, está constituído por ele. Portanto, a pesquisa qualitativa, além dos seus métodos e instrumentos, tem um papel importante do pesquisador e todo processo que ele utiliza para constituição dos tecidos de informação, neste tipo de pesquisa.

Com os indivíduos das TTI, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de compreender a percepção desses indivíduos sobre suas experiências diárias nessa territorialidade. Para as entrevistas, foi necessário que se definisse a população do estudo. Os indivíduos foram escolhidos ao acaso, através dos contatos do pesquisador. A partir de cada entrevista, o entrevistado sugeria novas pessoas para serem entrevistadas, de acordo com os objetivos da pesquisa. Buscou-se indivíduos que tenham relação direta com a fronteira, ou seja, vivem de alguma maneira a fronteira, seja na sua vida familiar, de trabalho ou de estudos, e que habitam as cidades das TTI. Foram entrevistados, ao total, 16 indivíduos identificados dentro dos critérios estabelecidos para a pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa são indivíduos que nasceram e moram em uma das cidades das TTI. O critério é amplo, mas por outro lado, o objetivo é de compreender como essas pessoas construíram suas identidades a partir dos elementos presentes nessas territorialidades. Como critério de inclusão desses sujeitos, procurou-se os moradores da territorialidade que “vivam” a fronteira e na fronteira, identificadas quais as relações que estabelecem a partir dessa vivência. Como critérios de exclusão, não foram aceitas pessoas que não tenham nascido nas TTI's e que apenas morem, ou vice e versa.

Outro passo para a construção de informações na Epistemologia Qualitativa de González Rey (2005) consiste em criar categorias, que são formas de concretização do processo construtivo-interpretativo que permite seu desenvolvimento por meio de núcleos de significação teórica portadores de certa estabilidade. Sem categorias, a processualidade pode se desfigurar diante da falta de organização do processo construtivo.

Juntamente com a Epistemologia Qualitativa, foi utilizado, para a construção das categorias, o *software* de análise qualitativa *Iramuteq*, por meio dos recursos de geração de nuvem de palavras e análise de similitudes, a partir do *corpus* textual. Essa condição permitiu identificar as ocorrências entre as palavras e seus relacionamentos, para assim, proporcionar uma direção na construção das categorias a serem analisadas. Com a geração da nuvem de palavras é possível organizar, de forma gráfica, a frequência como que cada palavra ou expressão aparece no *corpus* textual.

Para auxiliar a criação das categorias de análise desta pesquisa, foi utilizado o *software Iramuteq* para a geração da nuvem de palavras e para a análise de similitudes. O *corpus* textual analisado compreendeu 16 trechos, correspondente às 16 entrevistas chegando ao número de 5145 ocorrências. Dessas ocorrências, 1509 foram palavras ou expressões repetidas.

Dessa forma, as análises das entrevistas que serão realizadas nos tópicos que seguem, foram orientadas pelo *software Iramuteq*, conferindo maior precisão nas escolhas das categorias ou zonas de sentido.

#### **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Depois de todas as análises realizadas a partir dos discursos, procura-se agora reunir, neste tópico, características dessa identidade transfronteiriça, que é o objeto central deste artigo.

Foi possível visualizar uma série de características dos sujeitos que nascem e moram na fronteira, quando se pensa nas suas identidades. É certo que essa temática é extremamente complexa e, em nenhum momento, se quer reduzir a formação das identidades desses indivíduos a determinadas características. Por outro lado, o viver na fronteira é diferente de qualquer outra realidade e torna-se válido compreender as diferenças desse fenômeno que se está estudando.

Dessa maneira, procura-se propor teoricamente características da identidade transfronteiriça, que serão analisadas na sequência, são elas: o multipertencimento, as apropriações transfronteiriças, o binômio mobilidade-liberdade, a adaptabilidade e flexibilidade e o estar-entre.

#### **4.1 Multipertencimento**

Uma das características que mais apareceu nas entrevistas realizadas é o que se denomina de multipertencimento, que seria a condição do indivíduo sentir-se pertencente a mais de uma territorialidade, bairro, cidade ou, neste caso, país. Essa situação vai um pouco mais além daquelas teorias que foram estudadas relacionadas à identidade territorial ou mesma à identidade nacional, pois o sujeito, de fato, se sente parte de diferentes contextos. É a condição das multi ou das transterritorialidades aplicada ao contexto identitário.

Como se pode perceber, os indivíduos nascidos na fronteira, de acordo com suas necessidades, motivações, interesses e jogos de poder, utilizam suas referências de pertencimento a um determinado país ou cultura, ou seja, alteram suas referências de pertencimento sempre que se mostre mais vantajoso para ele. Quando fazem isso, aceitam viver e ter como referência pessoal mais de uma territorialidade, muitas vezes, antagônicas ou com diferenças culturais marcantes.

Procurando compreender como ocorre tal processo de multipertencimento nos sujeitos, verifica-se que as origens podem ser distintas, de acordo com a pesquisa, por exemplo: familiar, quanto os integrantes da família são de origens de países diferentes na fronteira, por exemplo, avós maternos paraguaios, avós paternos argentinos e pais brasileiros; social, percebe-se que o grupo social (de amigos, de colegas de trabalho) pode ser outra fonte do multipertencimento; educacional, os modelos educacionais de diferentes países acabam trazendo múltiplos elementos que desenvolvem o multipertencimento no indivíduo; econômico, essa condição foi trazida em função das mudanças econômicas que se passam nas cidades fronteiriças e, de acordo com a valorização de uma moeda ou de determinado produto ou serviço, o indivíduo pode alterar suas referências de pertencimento; legal: aqui se fala da condição da cidadania, da nacionalidade utilizada de maneira a tirar vantagens da condição de multipertencimento. É o caso dos brasileiros que vivem no Paraguai, mas se aposentam no Brasil utilizando sua nacionalidade brasileira.

Como se pode perceber, a condição do multipertencimento vai desde uma situação mais simbólica, própria das relações interpessoais até uma condição mais interessada em jogar com as múltiplas referências para vantagens pessoais.

No dia a dia dos indivíduos da fronteira, esse multipertencimento pode ser percebido de diferentes formas: no uso dos recursos linguísticos (espanhol, português, guarani, yopará, “portunhol”); nos hábitos de alimentação dos diferentes países da fronteira (exemplo: o tererê, o mate e o chimarrão); no uso de documentação brasileira, paraguaia ou argentina, conforme a situação; na maneira como a pessoa se refere às suas características pessoais, de personalidade; nos elementos culturais como músicas, programas de televisão, modismos.

De qualquer forma, os relatos produzidos pelas entrevistas marcam o multipertencimento como uma das características dessa identidade transfronteiriça. Os entrevistados, inclusive, fizeram referência que gostariam de ser identificados como da “tríplice fronteira” fazendo referência aos três países simultaneamente. Essa fala retrata exatamente o que se quer dizer com o multipertencimento.

## **4.2 Apropriações Transfronteiriças**

Outra característica verificada nas identidades transfronteiriças é as apropriações transterritoriais, ou seja, na perspectiva de uma identidade territorial os indivíduos da fronteira utilizam elementos transfronteiriços para suas apropriações identitárias. As referências do indivíduo não são apenas o conjunto de recursos disponíveis na sua nacionalidade ou na sua territorialidade, ele utiliza recursos que avançam as fronteiras do Estado para (re)constituir sua identidade pessoal.

Essa característica pareceu bastante evidente nos relatos e trouxe uma participação ativa na apropriação desses elementos. Os entrevistados trazem que se apropriam dos elementos disponíveis conforme o consideram positivo ou que, de alguma maneira, identificam-se com eles. Isso confere uma ação bastante ativa na formação das identidades, utilizando os elementos disponíveis nas multiterritorialidades para tal ação.

A grande diferença está em que essas apropriações atravessam a fronteira nacional e busca elementos transfronteiriços, ampliando as possibilidades de referências identitárias. A condição percebida vai ao encontro do que Haesbaert (2014, p. 86) assevera:

O território, como espaço focalizado a partir das relações de poder, seja de dominação, seja de apropriação (nos termos de Lefebvre), manifesta hoje um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, tanto na perspectiva da convivência de múltiplos (tipos) de território quanto a construção efetiva da multiterritorialidade. Toda ação que se pretenda transformadora hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: por mais que a des-ordem capitalista pretenda uniformizar nossos espaços, se não trabalharmos com a multiplicidade de nossas territorializações, não se promoverá nenhuma transformação efetiva (HAESBAERT, 2014, p.86).

Nesse contexto, é que surgem as denominações que se está acostumado a ouvir na fronteira, como, por exemplo, a condição dos “brasiguaios”, dos “brasentinos”. Essas denominações denotam que foram utilizados elementos transfronteiriços para a constituição das identidades e da forma como a pessoa se autorreferencia.

Para essas apropriações transfronteiriças, foram citados elementos como: língua, hábitos nacionais, tradições, costumes alimentares e características específicas de cada nacionalidade.

#### **4.3 O binômio Mobilidade-Liberdade**

Chama-se de binômio mobilidade-liberdade a condição que os entrevistados relataram ao se referirem à vivência da fronteira. O sentimento de liberdade proporcionado pela fácil mobilidade transfronteiriça faz parte das características dessa identidade. A liberdade do ir e vir na fronteira é o que faz o indivíduo transitar entre as diferenças e apreender novos conhecimentos e experiências.

Essa parece ser uma condição para se considerar o território um transterritório, a facilidade do acesso à mobilidade das pessoas entre os diferentes lados da fronteira. Em termos da identidade, é esse movimento que permite que o indivíduo faça as suas multiapropriações.

Nos relatos, nota-se como marco para uma identidade transfronteiriça a construção da Ponte da Amizade (1965) e a Ponte da Fraternidade (1985) como formas de facilitar o acesso e o trânsito na fronteira. Nesse ponto de vista, percebe-se a importância para a integração da territorialidade a construção da terceira ponte, que está prevista para ser construída ligando, ao mesmo tempo, os três países da fronteira.

A mobilidade e o acesso facilitam a interação entre as pessoas, possibilitando acesso a experiências novas nas diferentes cidades da fronteira. E quanto mais fácil é o trânsito, mais

interações são realizadas tendo consequências na construção das identidades. Nos relatos, isso pode ser observado nas referências de maior facilidade de acesso à fronteira Brasil-Paraguai quando comparada à fronteira Brasil-Argentina. Nesse mesmo sentido, poucas foram as menções do trânsito entre Paraguai-Argentina, pois ela só ocorre por meio de embarcações fluviais, o que dificulta o trânsito e o acesso.

Essa condição é que Haesbaert (2014, p.273) compreende como viver no limite:

Abordamos assim a ideia de um “viver no limite”, que tem dupla conotação de, primeiro, num sentido mais abstrato experimentar uma situação limite, viver no limiar do novo – seja para melhor, seja para pior – e, segundo, num sentido mais concreto, vivenciar uma condição de passagem constante entre fronteiras, entre limites espaços-socialmente reconhecidos, isto é, entre diferentes territórios – pois o limite, como já indicava Heidegger, não é onde algo termina, mas onde “começa a ser” (HAESBAERT, 2014, p.273).

Para o transfronteiriço ocorrer, as facilidades no acesso têm que ser melhor estudadas, não se trata da eliminação das fronteiras, mas sim de uma integração e inteligência a favor de um maior trânsito de pessoas entre os países da fronteira. A fronteira não pode deve ser vista como um fim, mas sim como uma oportunidade de encontros, diferenças e diversidade.

#### **4.4 Adaptabilidade e Flexibilidade**

Outro ponto que se pode observar como característica de uma identidade transfronteiriça é a condição da adaptabilidade e da flexibilidade identitária. Como se percebe, a partir do multipertencimento e das apropriações múltiplas, o indivíduo vai desenvolvendo uma capacidade de ser flexível a diferentes contextos, sempre procurando uma melhor adaptação a pessoas, lugares e situações. Trata-se da habilidade do indivíduo viver bem em condições das quais não está naturalmente acostumado, sem desequilíbrios ou dificuldades.

Essa adaptabilidade diz respeito principalmente aos aspectos culturais, hábitos, costumes e formas comportamentais de diferentes grupos sociais. É a condição de procurar as melhores respostas comportamentais para estar de acordo com o que é compartilhado por todos naquele grupo social. Como exemplo: o uso dos recursos linguísticos, as tradições culturais, os hábitos alimentares entre outras práticas.

Falar de adaptabilidade é reconhecer a facilidade em lidar com mudanças. Como se pode analisar nas falas dos entrevistados, o viver na fronteira, para maior parte deles, é visto

como uma oportunidade de aprendizagem das diferenças, ou seja, as mudanças são vistas como positivas e como oportunidades. A maneira como o indivíduo encara uma mudança, mostra sua capacidade de se adaptar a circunstâncias diferentes dos habituais e, no caso específico desta pesquisa, os indivíduos parecem ter uma reação positiva ao vivenciar as diferenças e mudanças.

Dessa maneira, as características que foram trabalhadas até o momento e a condição da adaptabilidade, levam a uma outra faceta da identidade transfronteiriça, que se denomina de senso de universalidade.

#### **4.5 Senso de Universalidade**

Chama-se de senso de universalidade as características da identidade transfronteiriça que se caracterizam por uma melhor compreensão daquilo que é universal ou que procura compreender melhor a abrangência total. A universalidade, nesse caso, está relacionada ao que os entrevistados se referiram como “uma mente mais aberta” à aceitação das diferenças, ser mais tolerante com o outro.

De uma certa forma, desenvolver uma identidade em um contexto transfronteiriço para conferir ao indivíduo uma capacidade maior de vivenciar a diversidade, compreender as diferenças que se tem entre culturas, hábitos, costumes e de uma certa forma até mesmo integrar determinadas características na sua identidade pessoal.

O contrário dessas características está relacionado ao processo de sectarismo, exclusão, xenofobismo e preconceito em relação ao outro. Seria talvez a raiz bioantropológico do homem, como Morin (1995) faz referência:

As diferenças nascidas da diversidade das línguas, dos mitos, das culturas etnocêntricas ocultaram a uns e a outros a identidade bioantropológica comum. As barreiras protetoras de cada cultura fechada em si mesma durante a diáspora da humanidade têm doravante efeitos perversos em nossa era planetária: a maior parte dos fragmentos da humanidade, hoje em comunicação, tornou-se inquietantes e hostis uns aos outros exatamente por causa dessa comunicação... A nação e a ideologia edificaram novas barreiras, suscitaram novos ódios. Donde a necessidade primordial de desocultar, revelar, na e através da sua diversidade, a unidade da espécie, a identidade humana, os universais antropológicos (MORIN, 1995, p. 60).

Ao conviver com diferenças, proporcionadas pela fronteira, o homem reconhece a humanidade do outro e compreende que as diferenças na língua, na cultura e no hábito, na verdade, escondem um mesmo ser humano, o que cria identificações e aproximações.

As diferenças fazem parte da fronteira e, tal convívio cotidiano, de certa forma, naturaliza essas diferenças e aumenta o senso de universalidade do indivíduo. A identidade transfronteiriça, ao mesmo tempo, acomoda as referências nacionais e dos outros países, em função do multipertencimento e das múltiplas apropriações, que já foram feitas referências nesta pesquisa.

#### **4.6 O estar-entre**

O termo utilizado por Haesbaert (2014) parece bem adequado para designar outra característica da identidade transfronteiriça, analisada por meio das entrevistas realizadas. O estar-entre seria a condição na qual as pessoas que vivem na fronteira se colocam nessa multiterritorialidades, dando uma ideia de movimento, de acessibilidade de liberdade entre territórios. O *estar-entre* representa a condição do indivíduo que quer dizer que ele não está nem aqui, nem ali, ele *está-entre* esses dois espaços territoriais, em um constante ir e vir.

Diferente dessa condição seria um *passar-por* ou *estar-em*, demonstrando a condição de fixação territorial ou mesmo um movimento temporário e efêmero. A ideia está associada a uma maior consolidação do Estado-Nação, dos nacionalismos e da identidade territorial. Não é o que se percebe na dinâmica transfronteiriça.

Nos relatos dos habitantes da fronteira, além do aspecto da mobilidade-liberdade, já referenciado nesta pesquisa, a condição de viver a transterritorialidade fica evidente, diferenciado da questão da passagem por entre distintos territórios da fronteira. Assim, na percepção desses indivíduos, o território parece não ser delimitado pelas fronteiras estatais, mas a percepção territorial engloba os diferentes limites da fronteira e o espaço vivido por esses indivíduos é mais amplo que os limites nacionais. De fato, essa percepção reforça a existência das Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI) e de uma identidade transfronteiriça.

De acordo com Goettert e Mondardo (2009), pode-se considerar esse território como uma transterritorialidade aberta, passível de incorporação pelo menos parcial da territorialidade “estranha”, do “outro”, dominam aqui as relações de mediação e de negociação. Já a transterritorialidade fechada é aquela marcada pela negação da territorialidade do “outro”, em que predominam as restrições, preconceitos e constrangimentos.

De fato, a condição do *estar-entre* denota uma territorialidade aberta na qual faz parte da construção identitária dos sujeitos a incorporação de elementos do “outro”, como demonstra-se no tópico apropriações identitárias transfronteiriças. Nos discursos, por exemplo, fica mais caracterizada a condição da territorialidade o como espaço vivido pelo indivíduo, indo além do seu território nacional para designar seu espaço de atuação e vida.

A partir dos dados apresentados neste artigo, procurar-se-a demonstrar o esboço de uma identidade transfronteiriça nas Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI), traçando estratégias e proposições para a consolidação de um cenário em que a subjetividade e a territorialidade criam novas formas identitárias, diferentes daquelas tradicionais na qual o Estado, ou mesmo o conceito de nação tem papel fundamental nas definições identitárias.

Assim, considera-se que a identidade transfronteiriça tem que acomodar as diferenças de cultura, de costumes e de hábitos, tal como se pode observar na análise das entrevistas realizadas.

Dessa maneira, quer-se considerar a existência de uma identidade transfronteiriça nos habitantes das TTI, a partir das suas características singulares, como se demonstrou ao longo de toda pesquisa. Sem dúvida, essa identidade pode ser fortalecida e ampliada com políticas de integração regional, que considerem as transterritorialidades. Não há como se lutar com a realidade e o cotidiano da vida das pessoas que vivem na fronteira, há sim que favorecer uma política de fronteiras que melhore as condições de vida da população e a integração regional.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como se pôde ver nos discursos dos entrevistados, a identidade transfronteiriça não vem eliminar a cultura nacional ou os elementos de uma identidade nacional, pois ela é mais ampla, procura incluir outros elementos, por meio do que se chama de multiapropriações identitárias. É importante deixar claro tal condição, pois, muitas vezes se percebe nos discursos de integração regional um receio de “etnocídio” ou desaparecimento dos símbolos e tradições locais em detrimento da cultura global ou no caso, transfronteiriça. Por outro lado, não se desconsidera que essa condição possa ocorrer, entretanto, não foi o que se percebeu ao longo desta pesquisa.

Ao se falar de integração este se propondo que os elementos locais possam coexistir em harmonia com as características transfronteiriças. Isso pode ser mais bem compreendido quando se trata do multipertencimento, ou seja, faz parte do dia a dia dos habitantes da fronteira sentir-se pertencente a mais de um território e assumir hábitos e costumes dos diferentes países que compõem a fronteira.

Desde características econômicas, geográficas e sociais até as subjetivas, que se procura apresentar neste artigo, as Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI) apresenta complementariedades e similitudes que formam uma diversidade multiterritorial. Percebe-se que essas características são compartilhadas por uma memória coletiva desses habitantes da fronteira, produzindo uma cosmovisão aceita por grande parte dos membros da sociedade e utilizadas no cotidiano.

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: BRAGA, Cristiano; MORELLI, Gustavo; BRAGA, Vinicius Nobre. **Territórios em movimento: cultura, e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E7B7/\\$File/NT000A61AE.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E7B7/$File/NT000A61AE.pdf)>. Acesso em: 20 de set. 2017.

ARRAIGA RODRIGUES, Juan Carlos. El concepto de frontera en la perspectiva humana. **Perspectiva Geográfica**. Vol. 17, 2012, p.71-96

BOURDIEU, Pierre. Espírito de Estado. Gênese e estrutura do campo burocrático. In: Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o território e o poder**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CURY, M.J.F. Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI): interconexões, interdependências, interpenetrações nas cidades da Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR). **Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia**. Curitiba, 2010.

CRUZ, Valter do Carmo. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: BEZERRA, A. C. A.; GONÇALVES, C. U.; NASCIMENTO, F. R. do; ARRAIS, T. A. (orgs.). **Itinerários geográficos**. Niterói: Ed UFF, 2007. p. 13-35.

DORFMAN, Adriana. Panorama, percurso e possível agenda para os Estudos Fronteiriços brasileiros. In: Dorfman, Adriana (Org.) **Anuário Unbral pdas fronteiras brasileiras 2014**. Porto Alegre: Editora Letra 1, Instituto de Geociências – UFRGS, 2015.

FURTADO, Odair. Dialética e contradições da construção da identidade social. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 259-268, ago. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822010000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 18 jul. 2017.

GOETTERT, Jones Dari e MONDARDO, Marcos Leandro. O “Brasil Migrante”: gentes, lugares e transterritorialidades. *Revista Geographia*. V.11, n.21, 2009.

GONZALES REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: Os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MORIN, E. **Terra Pátria**. Porto Alegre: Editorai Sulina, 1995.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1994.

ROCA, Zoran e MOURÃO, Jorge Carvalho. **Identidade Territorial e desenvolvimento local e regional: entre a retórica e a prática**. Lisboa, 2005.

SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre/ RS: EST Edições, 2003.

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.